

O Perfil da Força de Trabalho nas Regiões Metropolitanas do Brasil:

alterações e implicações

Diogo Henrique Helal¹
Adriana Ferreira Piedade²
Nícea Albino Dias³

RESUMO

Analisa-se o perfil dos trabalhadores formais, em nove regiões metropolitanas. Foram coletados dados secundários dos anos de 1986, 1996 e 2006, provenientes da RAIS. Os anos foram escolhidos por representarem períodos distintos do cenário econômico brasileiro. A análise dos dados foi descritiva, em que se procurou analisar as principais alterações decorrentes das mudanças estruturais na economia global e nacional e, ainda, no perfil dos trabalhadores. Os resultados indicam evolução desproporcional de postos de trabalho formais quando comparados com os dados da população economicamente ativa, redução da participação do setor industrial no número de empregos, maior participação das mulheres no emprego formal, aumento da média de idade e aumento da escolaridade dos trabalhadores, sem, no entanto, observar uma melhora equivalente em seus rendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; Emprego; Rendimentos; Regiões Metropolitanas; Brasil.

ABSTRACT

The formal workers profile is analyzed in nine metropolitan regions of Brazil. Secondary data of the years 1986, 1996, 2006, were collected, proceeding from RAIS. These years were chosen as representing distinct periods of the Brazilian economic scene. The data analyze was descriptive, trying to investigate the main alterations originated by the structural changes in global and national economy and also in the profile of the workers. The results show a disproportionate evolution of the formal work places, when compared with the records of the economically active population, a reduction of the industrial sector in number of jobs, a greater participation of women in formal work, an increase in the average age of workers and of their formal scholarship, however without an equivalent increase of their earnings.

KEYWORDS: Work market; Employment; Earnings; Metropolitan regions; Brazil.

¹ Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, Pesquisador, Doutor em Sociologia e Política (UFMG). Rua Dois Irmãos, 92 – Apipucos – Recife/PE. Cep.: 52051-440. diogohh@yahoo.com.br

² Faculdade Novos Horizontes, Mestre em Administração. Rua Alvarenga Peixoto, 1270 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG. Cep.: 30180-121. adriana@institutovalor.com.br

³ Faculdade Novos Horizontes, Graduanda em Administração. Rua Alvarenga Peixoto, 1270 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG. Cep.: 30180-121. nicea.albino@gmail.com

1 MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

A maioria dos artigos publicados nas principais revistas da área de administração, acerca do mundo do trabalho, traz à tona as alterações que a sociedade vem sofrendo e os seus mais diversos impactos, inclusive na configuração do perfil da força de trabalho. Ainda assim, tal referência é importante para a compreensão dos dados que serão analisados neste artigo e, por isso, não será possível fugir a este lugar comum ao se investigar as alterações sócio demográficas da força de trabalho de nove regiões metropolitanas do país (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), no período estudado, objeto central deste artigo.

O trabalho está presente em nossa sociedade desde as primeiras formas de organização humana, no intuito de garantir a sobrevivência e segurança, inicialmente por meio da coleta de frutos, caça e da aliança contra possíveis inimigos. Segundo Boudon e Bourricaud (1993), o trabalho pode ser definido como uma atividade que tem como principal finalidade utilizar ou, ainda, modificar a natureza a fim de atender às necessidades humanas.

Desde então, esse conceito passou por grandes mudanças, sendo possível localizar três grandes períodos históricos ou paradigmas, cada qual com implicações distintas ao trabalho: Revolução Agrícola, Revolução Industrial e Revolução Tecnológica.

De forma sucinta, podemos caracterizar que o trabalho, no período da Revolução Agrícola, estava associado basicamente ao cultivo de terras, criação de animais e manufatura de alguns poucos objetos, baseado em uma economia de subsistência (ARAÚJO; SACHUK, 2007).

A revolução industrial, por sua vez, foi marcada pelo modelo fordista de produção e só foi possível devido a um contexto sócioeconômico caracterizado pela estabilidade e previsibilidade do ambiente, expansão do mercado consumidor e abundância de mão de obra não qualificada. Nesse sentido, a produção era em escala, mecanizada, *standartizada*, pouco complexa e voltada para um consumo de massa homogêneo, com consumidores pouco exigentes (HELAL, 2007).

A partir do momento em que o mercado consumidor tornou-se individualista, heterogêneo e multifacetário, aliado às possibilidades do desenvolvimento tecnológico, o modelo de produção fordista entra em colapso. A necessidade de se adequar a produção de mercadorias distintas para públicos diversos não possibilita mais a produção em série no formato utilizado pelas organizações fordistas, acarretando queda nas margens de lucro das empresas. A necessidade de adequação da produção até então rígida, para uma mais flexível, foi crucial para a perenidade das organizações pós Revolução Industrial (HELAL, 2007).

Portanto, o novo paradigma vigente denominado pós-fordista é consequência direta da necessidade das organizações de se flexibilizarem e se adequarem às novas realidades político-econômicas mundiais, bem como tecnológicas (ARAÚJO; SACHUK, 2007).

Para Harvey (2002), essa adequação é caracterizada principalmente pela flexibilização dos processos do mercado como um todo, incorporação de métodos baseados na microeletrônica, diminuição tanto da atuação quanto da importância dos sindicatos e alterações profundas dos padrões de consumo da população. Essas características influenciam o paradigma atual no mundo produtivo, pós-fordista, pois possibilitam o surgimento de novos setores; a informação torna-se central para a nova lógica de acumulação; há desregulamentação das leis trabalhistas e adaptações nos contratos de trabalho, entre outros.

Segundo Moraes *et al.* (1999), as empresas, devido à nova dinâmica organizacional pós-fordista, estão focando sua operação em suas atividades fim, com a justificativa de tornarem-se mais ágeis e competitivas em seus respectivos mercados. A consequência dessa postura das empresas é o aumento das terceirizações e diminuição de postos de trabalhos em grandes empresas.

Para Garcia (2004), todas essas alterações do cenário global contribuem para o aumento expressivo do desemprego, principalmente no setor industrial. Além disso, a perspectiva para um futuro próximo não é somente a redução de postos de trabalho, mas principalmente a queda drástica na demanda, pela existência de profissionais pouco qualificados.

Assim, o mercado de trabalho global tem sofrido uma série de modificações resultantes de fatores diversos, tais como o desenvolvimento da tecnologia, dos mercados globais, reconfiguração sócio-demográfica da população, entre outros. Tais alterações têm provocado, inclusive, um forte debate teórico no campo da sociologia do trabalho: esta ainda seria uma categoria analítica chave para a compreensão da sociedade? (OFFE, 1989).

2 O CASO BRASILEIRO

Pochmann (1998) faz uma análise em seu livro sobre o impacto no mercado de trabalho causado pelas mudanças sociais, econômicas e políticas, porém com enfoque no mercado nacional. Para compreender tais mudanças, segundo o autor, seria importante fazer um retrospecto do ambiente macroeconômico, porém, tal tarefa é extensa e não configura o objetivo central deste artigo e, dessa forma, serão apenas pontuadas as principais mudanças.

No caso específico brasileiro, além das alterações globais já citadas, ocorreram mudanças específicas na política econômica localizadas em quatro momentos distintos da história recente do país. Não há uma data ou um marco específico que delimite o período temporal correspondente a cada um desses momentos, mas é possível identificar acontecimentos que fizeram parte do processo de transição entre uma fase e outra (FIG 1).

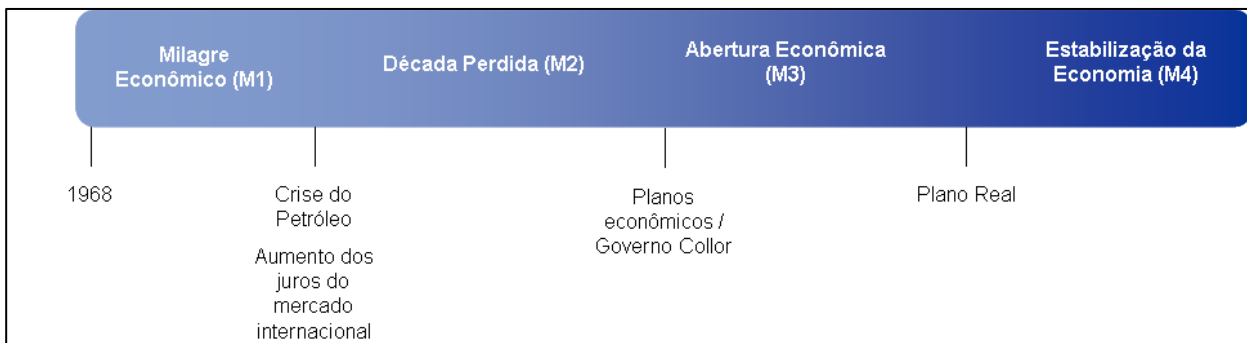


FIGURA 1 – Períodos da economia nacional – passado recente

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

Em um primeiro momento (M1), o Brasil passou por um ciclo virtuoso de crescimento econômico até meados da década de 1970, que, segundo Velloso (1991, p.13), causou um impacto positivo no mercado de trabalho, uma vez que “o Brasil cresceu rapidamente e foi possível proporcionar um aumento de 80% na renda per capita, [...]. Além disso, o emprego cresceu extraordinariamente na faixa dos melhores empregos”.

Este período, que recebeu o nome de Milagre Econômico, compreendeu os anos de 1968 e 1973 e apresentou taxas expressivas de crescimento. Em média, o PIB cresceu 11,1% a.a. associado a uma

inflação relativamente baixa, além de superávits no balanço de pagamentos. As causas que influenciaram o desenvolvimento positivo desse período estão associadas a três eixos explicativos: política monetária e creditícia expansionista, ambiente externo favorável e reformas institucionais que criaram um ambiente favorável ao crescimento do país (VELLOSO, 1991).

Consequentemente, o Milagre Econômico tem um impacto positivo para o mercado de trabalho brasileiro, uma vez que há uma expansão significativa dos investimentos feitos no país, principalmente em sua infraestrutura e no setor industrial.

Após o Milagre Econômico (M1), o Brasil ingressa em um período de recessão na economia. Este período, denominado como a Década Perdida (M2), é consequência direta da crise mundial do petróleo e das taxas de juros dos EUA, que apresentaram crescimento expressivo (GIAMBIAGI; VILLELA, 2005).

Dessa forma, a emergência desta fase (M2) da economia brasileira deu-se basicamente pela crise internacional, caracterizada por: alta do preço do petróleo; crise dos EUA que diminuiu drasticamente as importações, inclusive de países como o Brasil; e processo de endividamento externo iniciado na década de 1970, associado ao aumento das taxas de juros internacionais.

Todos esses fatores contribuíram para a inflexão da curva do crescimento econômico nacional e com consequências negativas para os trabalhadores. Segundo Alves (2005), a taxa média anual do crescimento do PIB passou para 3%, a inflação aumentou consideravelmente e foram significativos os impactos para os trabalhadores: “estagnação da renda por habitante, alto desemprego e baixa mobilidade social” (POCHMANN, 1998, p. 14).

A partir da década de 1990, a economia ganha uma nova dinâmica devido, principalmente, à liberalização da economia (M3). Não há, como nos demais casos, uma denominação específica e difundida na literatura dessa fase, portanto, será chamada aqui, para efeito de análise, como Abertura Econômica. Esse processo pode ser caracterizado pela diminuição das tarifas alfandegárias, além da extinção de barreiras não-tarifárias (SOARES; SERVO; ARBACHE, 2001).

Esse novo período, que englobou os planos de estabilização econômica instituídos pelo governo Collor, tem como uma de suas principais características a abertura do mercado. A entrada de empresas estrangeiras associada à falta de investimentos no parque industrial brasileiro, decorrente do mercado nacional até então protegido, evidenciaram a baixa competitividade das empresas nacionais frente às multinacionais durante este processo. Segundo Velloso (1991, p.10):

Não se criou o verdadeiro espírito de competição e competitividade que pelo menos a partir do início da década de 80, deveria ter se tornado a preocupação principal da política industrial. Àquela altura, já se havia completado, com investimentos do II PND, uma estrutura industrial integrada e diversificada, e cabia dar-lhes melhores condições de competir, interna e externamente.

De acordo com Soares, Servo e Arbache (2001), apesar da indústria brasileira ter sobrevivido à Década Perdida (M2), a partir do momento que as empresas estrangeiras entram no país após a Abertura Econômica (M3), fica evidenciada a defasagem das organizações nacionais devido a não

incorporação das inovações da microeletrônica e tecnologia de forma geral. Pode-se inferir, ainda, que o parque industrial brasileiro ainda vivenciava o modelo fordista enquanto que as novas empresas entrantes no país já estavam adequadas ao modelo pós-fordista.

Ainda segundo Soares, Servo e Arbache (2001), a nova configuração do mercado brasileiro não pode ser atribuída somente à abertura da economia. Há ainda a influência das alterações da Constituição de 1988, que afetou diretamente o mercado, incluindo as relações trabalhistas, principalmente no que tange às regras para aposentadoria e previdência dos trabalhadores.

Por fim, o último momento analisado está delimitado pela consolidação da abertura do mercado e a instituição do Plano Real em 1994, promovido pelo governo Itamar. A partir do plano de estabilização da moeda, o cenário político-econômico do país ganhou uma nova configuração, afetando diretamente, mais uma vez, a geração de emprego e renda dos cidadãos.

As consequências das modificações pós Plano Real, no mercado de trabalho, têm para os trabalhadores uma conotação muito mais negativa do que positiva, pois influenciam principalmente a queda do trabalho formal e, conseqüentemente, o aumento do trabalho informal; as relações de trabalho, tornando-as mais precárias; a diminuição do poder de compra dos salários, entre outros. Além disso, a nova configuração dificulta a entrada dos jovens no mercado de trabalho (DEDECCA, 2000; MATTOSO, 2000; POCHMANN, 2001; RAMOS E REIS, 1997).

Para exemplificar a queda no número de postos de trabalho formais, Costa (2003) analisa, em seu artigo, o impacto gerado pela nova configuração da economia nos postos de trabalho do setor industrial brasileiro. Segundo a autora, a necessidade de adaptação das indústrias provocou, entre 1989 e 1999, a extinção de 1,5 milhões de empregos somente no setor industrial, além de outros fatores negativos para o mercado de trabalho:

Fechamento de fábricas, enxugamento de plantas, redução de hierarquias, terceirização, modernização tecnológica, redefinição organizacional dos processos produtivos, entre outros, sintetizaram as estratégias empresarias, como alternativas mesmo de sobrevivência, resultando num fenômeno de demissão em massa de dimensão jamais vivida na história da industrialização do país (COSTA, 2003, p. 3).

Percebe-se, nas colocações dos autores citados neste artigo, a recorrência das alterações que o mundo do trabalho passou, a saber: diminuição no número de empregos formais, precariedade das relações de trabalho, terceirizações, queda no rendimento, entre outros. É notório, no entanto, a preocupação com o emprego formal, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Dado o contexto, faz-se necessário analisar as alterações decorrentes das mudanças político-econômicas no perfil dos profissionais empregados no mercado de trabalho. Assim, tem-se a pergunta norteadora deste artigo: quais as principais mudanças nas características sócio-demográficas dos trabalhadores, nas nove principais regiões metropolitanas do país (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo),

ocorridas no período estudado, decorrentes das mudanças estruturais na economia global e nacional?

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

A fim de identificar as alterações do perfil do mercado de trabalho das principais regiões metropolitanas do Brasil, foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva, utilizando-se dados secundários provenientes da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por pesquisa descritiva, entende-se aquela que tem como objetivo mapear um determinado fenômeno, descrevendo suas características sem, no entanto, fazer relações causais entre variáveis. Já dados secundários, são aqueles coletados para uma finalidade distinta ao do uso atual (GIL, 1999).

Assim, foram compilados os dados disponíveis dos anos de 1986, 1992, 1996 e 2006, referentes a todas as grandes categorias setoriais da RAIS (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária) e estratificados pelas variáveis sóciodemográficas sexo, idade e faixa salarial, mensuradas em salários mínimos. Foram desconsiderados, nas análises, os dados não especificados.

A escolha dos anos da série temporal não se deu de forma arbitrária. O objetivo do artigo é identificar as mudanças ocorridas no perfil da força de trabalho das RMs, associada aos períodos econômicos do passado recente do país. Assim, as mudanças entre os anos 1986 e 1996 estão relacionadas com a Abertura Econômica. Já as alterações do perfil dos trabalhadores formais, entre os anos 1996 e 2006, seriam consequências da estabilização da economia pós Plano Real. Além disso, foi selecionado o ano de 1992 por ser o início do Plano Real e a análise consolidada de algumas variáveis como renda, no período de 1986 a 1996. Sem a desagregação desse ano poderiam ser mascaradas informações importantes.

Já a RAIS configura-se como uma importante fonte de informação sobre o mercado de trabalho brasileiro, uma vez que é uma pesquisa anual, que fornece ao Estado todas as estatísticas sobre o trabalho formal, tais como arrecadação de contribuições e distribuição de benefícios. Além disso, a RAIS pode ser associada a um censo do mercado de trabalho formal brasileiro, uma vez que todas as instituições, privadas ou públicas, são obrigadas a declará-la (NEGRI *et al.*, 2001).

Além da universalização dos dados, a principal vantagem da RAIS frente a outras pesquisas sobre o mercado de trabalho, constituindo o fator decisivo para a escolha desta base de dados para análise, é a possibilidade de desagregação dos dados, permitindo análises por municípios, setores de atividade e variáveis sóciodemográficas.

Este artigo é, portanto, um estudo descritivo, a partir de dados secundários da RAIS, analisados por meio de estatística descritiva na qual serão identificadas as principais alterações do perfil dos trabalhadores da RMs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, no período entre 1986 e 2006.

3.1 Regiões Metropolitanas

Antes de responder ao objetivo central deste artigo, faz-se importante apresentar o conceito de região metropolitana. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), região metropolitana corresponde a um agrupamento de municípios vizinhos com o objetivo de integrar e organizar as políticas públicas de interesse comum à região.

A identificação de regiões metropolitanas deu-se na década de 1960, sendo que nos anos 1973 e 1974 foram institucionalizadas nove RM's: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A Constituição de 1988 possibilitou a ampliação das regiões metropolitanas no país, tornando facultativo aos estados a instituição das mesmas.

Apesar da importância demográfica e econômica dessas regiões, observam-se poucos estudos comparativos entre as regiões metropolitanas, no tocante à análise do perfil da força de trabalho, sendo mais comuns análises individuais de regiões específicas.

Ainda, faz-se importante salientar que processo de metropolização é intenso e abrange regiões com grandes diferenças sócio-culturais, evidenciando uma complexa e mutante diversidade (DIAS, 2005), detectada também na análise comparativa do perfil da força de trabalho formal das regiões metropolitanas selecionadas para este projeto.

3.2 Postos de Trabalho

Ao se considerar as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, de forma consolidada, verifica-se que no ano de 2006 havia um total de aproximadamente 14,6 milhões de empregos formais, sendo que durante os 20 anos estudados, houve um aumento de 27% no número de pessoas empregadas formalmente nas regiões metropolitanas consideradas.

A evolução do crescimento de postos de trabalho formais nas RM's (GRAF. 1) manteve-se praticamente estável durante o período atribuído à recessão econômica (M1), tornando-se negativa entre os anos de 1990 e 1992. A partir desse momento, no qual temos a instituição do Plano Real, o número de postos formais mantém um índice positivo e significativo de crescimento, não observado anteriormente.

O Perfil da Força de Trabalho nas Regiões Metropolitanas do Brasil:
alterações e implicações

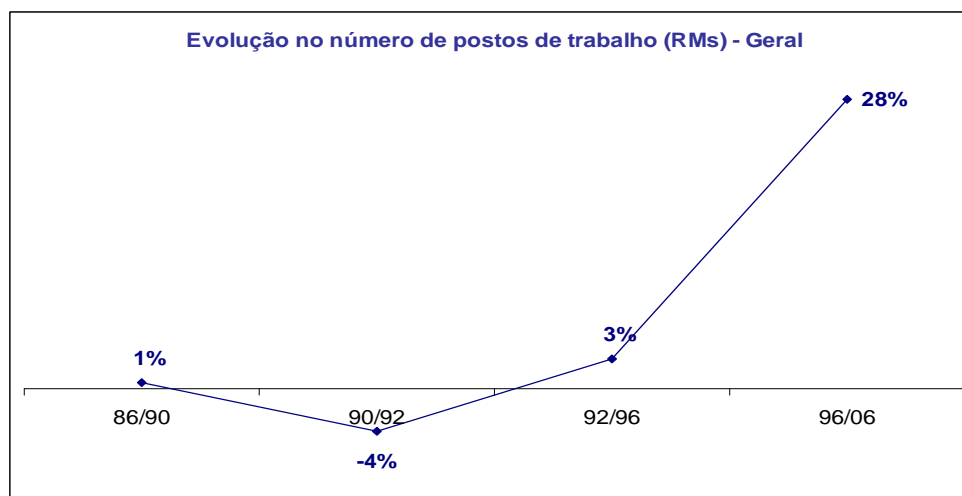


GRÁFICO 1 – Evolução no número de empregados com carteira assinada nas RM's estudadas (1986-2006)

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

As regiões metropolitanas que sofreram de forma mais incisiva o período da recessão econômica, quando abordamos a questão de empregos formais, foram Fortaleza, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador (TAB. 1). Por outro lado, a recuperação e aumento dos postos de trabalho formais após a estabilização da economia dão-se de forma mais intensa em Curitiba e Salvador.

TABELA 1

Evolução no número de empregados com carteira assinada nas RM's estudadas - (1986-2006)

Região Metropolitana	86/90	90/92	92/96	96/06
Belém	4%	1%	8%	32%
Belo Horizonte	1%	-3%	13%	35%
Curitiba	6%	3%	6%	47%
Fortaleza	-3%	2%	13%	43%
Porto Alegre	-1%	-5%	1%	25%
Recife	1%	-4%	1%	32%
Rio de Janeiro	-1%	-8%	1%	15%
Salvador	-1%	-16%	15%	47%
São Paulo	2%	-2%	-1%	26%

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

Porém, a análise desse dado, em conjunto com a taxa de crescimento da população, revela que no saldo final, aumentou-se a defasagem entre o número de postos de trabalho formais e o de residentes, já que a taxa de crescimento populacional foi superior ao de postos de trabalhos. Não há

dados disponíveis considerando o mesmo período estudado, porém o espaço temporal utilizado é semelhante em ambas as estimativas. Uma vez que os números apresentam diferenças significativas, podemos inferir que, de fato, a população das áreas estudadas cresceu em um ritmo superior à criação de emprego (TAB. 2).

TABELA 2

Evolução no número de postos de trabalho entre 1986 e 2006 e no de pessoas economicamente ativas entre 1980 e 2000

	Crescimento postos de trabalho 86/06	Crescimento PEA 80/2000
Belém	49%	142%
Belo Horizonte	49%	109%
Curitiba	71%	134%
Fortaleza	60%	119%
Porto Alegre	18%	74%
Recife	30%	119%
Rio de Janeiro	6%	49%
Salvador	41%	142%
São Paulo	24%	66%

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

Assim, podemos inferir que, consoante com a literatura, no período analisado, o crescimento de postos de trabalho formais não acompanhou a evolução da população das regiões metropolitanas estudadas, gerando uma maior taxa de desemprego.

Além disso, a variação no número de postos de trabalho na série temporal não se deu de forma equivalente entre as regiões consideradas neste estudo, sendo Curitiba e Fortaleza as regiões que apresentaram um maior crescimento no número de postos de trabalhos formais com 71% e 60% respectivamente, enquanto Porto Alegre e Rio de Janeiro estão localizados no outro extremo com 18% e 6%, respectivamente.

Outras características não apresentaram similaridade na evolução temporal e, por isso, serão analisadas no decorrer deste trabalho.

3.3 Setores Econômicos

A fotografia do mercado de trabalho formal das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre mostra a

predominância do setor de Serviço (GRAF. 2), em relação ao número de postos de trabalhos ocupados em toda a série de dados. No ano de 2006, esse setor foi responsável por 61% de todos os trabalhadores com carteira assinada. Em um patamar inferior, Indústria e Comércio dividem o segundo lugar (17%) no número de empregos formais gerados, seguidos pela Construção Civil (4%) e Agropecuária. Este último, com menos de 1% de participação.

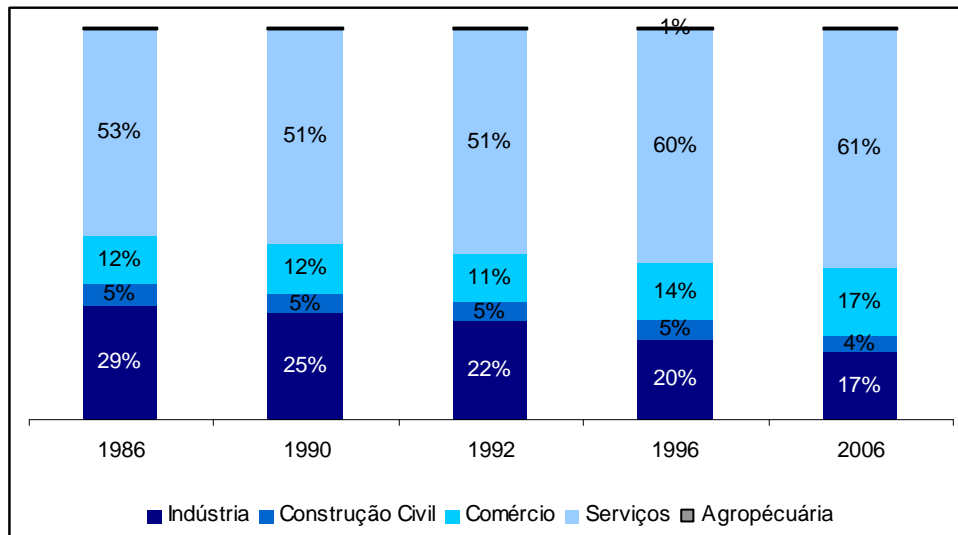


GRÁFICO 2 – Participação dos setores econômicos no número de empregados com carteira assinada nas RM's analisadas (1986-2006)

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

Faz-se importante analisar a evolução da participação de cada um dos setores no número de empregos formais no período estudado, uma vez que a representatividade de cada um deles não se manteve estável, aliás, há diferenças significativas em relação à evolução da participação de cada um dos setores econômicos.

Pode-se inferir que, desde a Abertura Econômica, o número de postos de trabalhos formais na Indústria vem perdendo importância. Tal fato é coerente com os teóricos que afirmam que há a tendência de queda no número de emprego do setor, devido principalmente à mecanização da produção e flexibilização nas organizações pós-fordistas (GARCIA, 2004; HELAL, 2007; ARAÚJO; SACHUK, 2007).

Ao analisar de forma desagregada as regiões metropolitanas, percebe-se ainda que a maior queda no número de empregos industriais dá-se naquelas regiões metropolitanas mais industrializadas do país: São Paulo (-34%) e Rio de Janeiro (-37%). Pode-se inferir que esse índice está associado não apenas à tendência mundial de queda dos postos de trabalho neste setor, mas também pela maior distribuição do parque industrial brasileiro nos últimos anos, incentivado principalmente por busca de mão de obra barata e incentivos fiscais (DINIZ, CROCCO, 1996).

Por outro lado, o setor que apresentou maior crescimento foi o de Serviço, que engloba atividades e perfis de trabalhadores dos mais variados. Esse crescimento dá-se a partir de 1992, com a

implantação do Plano Real. Um dos fatores que favorecem a evolução positiva do setor na composição da força de trabalho são as terceirizações, observadas principalmente em relação aos serviços auxiliares da produção e absorvendo mão de obra em sua maioria de baixa escolaridade (LAGE; NETO, 2008). Todas as regiões metropolitanas apresentaram crescimento significativo nesse setor, principalmente Curitiba (125%).

O Comércio também apresentou crescimento significativo na sua participação no número de empregos formais, principalmente após o Plano Real, que facilitou o acesso ao crédito e permitiu o aumento do mercado consumidor nacional. Tal fato pode ser observado de forma mais intensa nas regiões metropolitanas de São Paulo (142%) e Curitiba (179%).

TABELA 3

Evolução da participação dos setores econômicos no número de empregados com carteira assinada nas RM's analisadas (1986-2006)

	Belém	Belo Horizonte	Curitiba	Fortaleza	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Indústria	-16%	16%	59%	53%	-13%	-27%	-37%	36%	-34%
Construção Civil	27%	82%	-7%	106%	87%	39%	-10%	46%	44%
Comércio	110%	150%	179%	109%	63%	97%	62%	99%	142%
Serviço	56%	77%	125%	60%	49%	68%	40%	57%	92%
Agropecuária	63%	562%	212%	-14%	56%	-3%	16%	-8%	91%

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

3.4 Faixa Etária

A análise da variável idade será feita considerando jovens trabalhadores, com idade até 24 anos, dada a importância que o meio acadêmico atribui a esta abordagem. Os dados coletados evidenciam queda de 25% da representatividade dos trabalhadores ocupados formalmente com idade até 24 anos (GRAF. 3). Tal queda pode ser explicada pela já citada configuração do mercado de trabalho formal, que dificulta a inserção dos jovens nele.

O Perfil da Força de Trabalho nas Regiões Metropolitanas do Brasil:
alterações e implicações

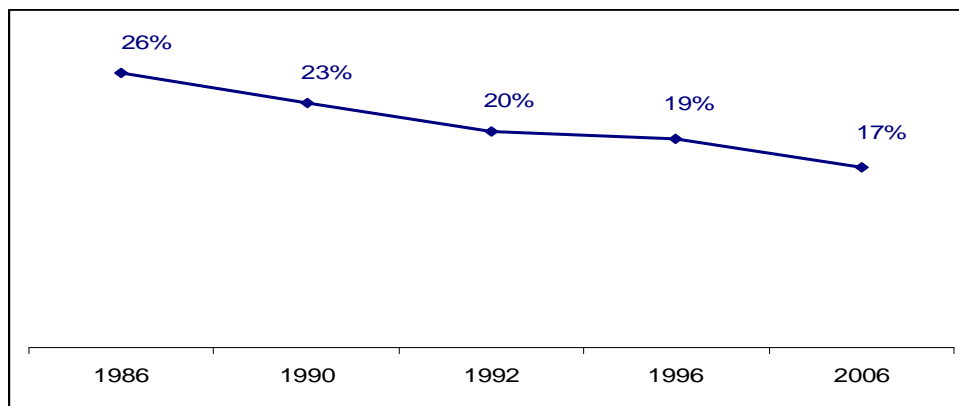


GRÁFICO 3 – Evolução na participação de trabalhadores com até 24 anos no número de empregados com carteira assinada (1986-2006)

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

Percebe-se, ainda, que a queda contínua na participação de jovens na composição da força de trabalho apresentou uma rápida estabilidade nos primeiros anos do Plano Real, porém, a partir de 1996, tal índice retorna ao seu movimento de queda.

Também é possível detectar diferenças regionais na atual participação dos jovens no mercado de trabalho formal. Considerando o ano de 2006, São Paulo e Belo Horizonte apresentaram os maiores índices de participação (19% e 18% respectivamente); Belém, Curitiba e Recife possuem a menor participação, com apenas 12% de jovens com até 24 anos compondo a força de trabalho formal (GRAF. 4).

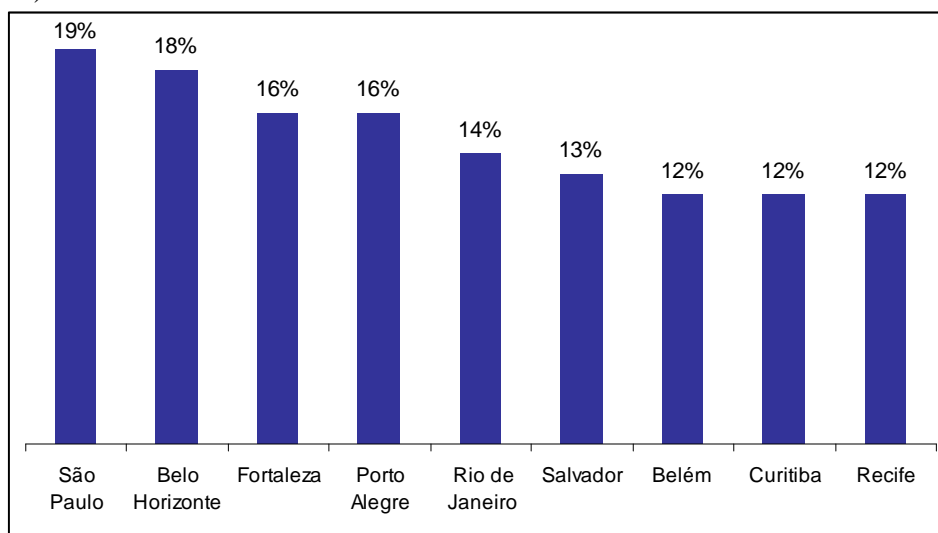


GRÁFICO 4 – Participação de trabalhadores com até 24 anos no número de empregados com carteira assinada por RM's (2006)

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

Quando se analisa a média de idade dos trabalhadores durante toda a série histórica, percebe-se que o aumento pode ser observado em todos os setores investigados pela RAIS: Indústria (11,5%); Construção Civil (11,5%); Comércio (9,8%); Serviços (9,7%); e Agropecuária (9,8%). Em todos os

setores houve uma queda significativa da participação de trabalhadores de 15 a 24 anos na composição da força de trabalho.

Pode-se, então, imaginar que os jovens estão caminhando para a informalidade. Outro fator associado à dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho corresponde ao aumento da permanência na residência dos pais. Uma vez que não são dadas as possibilidades para que essas pessoas possam construir suas vidas de forma independente, a permanência torna-se uma opção “compulsória”, associada a uma busca por melhor qualificação, visando maiores chances no mercado de trabalho.

3.5 Rendimentos em Salários Mínimos

A média salarial dos trabalhadores⁴, no mercado formal, apresenta variações significativas quando analisamos as regiões metropolitanas, inicialmente no ano de 2006 (GRAF. 5). Como esperado, as regiões mais desenvolvidas apresentaram maior média salarial de seus funcionários.

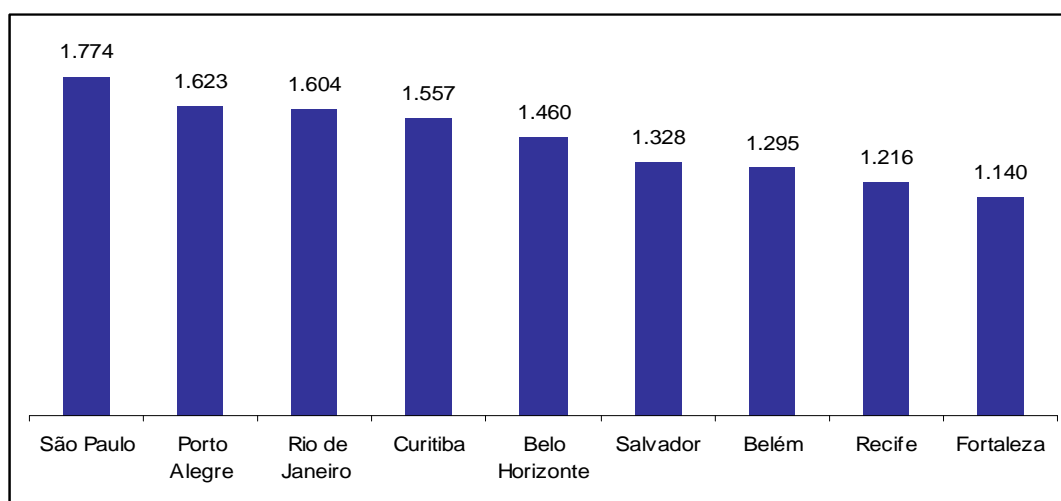


GRÁFICO 5 – Média de rendimentos (2006)

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

Em relação ao momento político-econômico nacional, percebe-se que, durante o período de recessão, os trabalhadores sofreram uma queda considerável em seus rendimentos mensais, principalmente aqueles residentes das RM's do norte, nordeste e Rio de Janeiro. Parte dessa perda, no entanto, foi recuperada com o advento do Plano Real, a partir da estabilização da economia (TAB. 4).

⁴ Série em reais (R\$) constantes do último mês de cada ano, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo INPC - IBGE. Valores parametrizados para maio de 2008.

TABELA 4

Evolução no rendimento médio dos empregados com carteira assinada (1986-2006)

	1986/1990	1990/1992	1992/1996	1996/2006
Belém	-31%	-4%	49%	13%
Belo Horizonte	-22%	-23%	89%	6%
Curitiba	-22%	-3%	39%	4%
Fortaleza	-33%	-6%	62%	13%
Porto Alegre	-16%	2%	38%	9%
Recife	-31%	-7%	46%	6%
Rio de Janeiro	-36%	-3%	45%	13%
Salvador	-20%	-20%	41%	7%
São Paulo	-25%	-9%	51%	-2%

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

3.6 Gênero

Ao analisar o gênero, no mercado de trabalho formal das regiões metropolitanas, das duas últimas décadas, depara-se com um quadro em que a população do gênero masculino tem perdido participação no mercado de trabalho, sendo que, conseqüentemente, em todo o período, o gênero feminino aumentou sua participação em 27% (GRAF. 6).

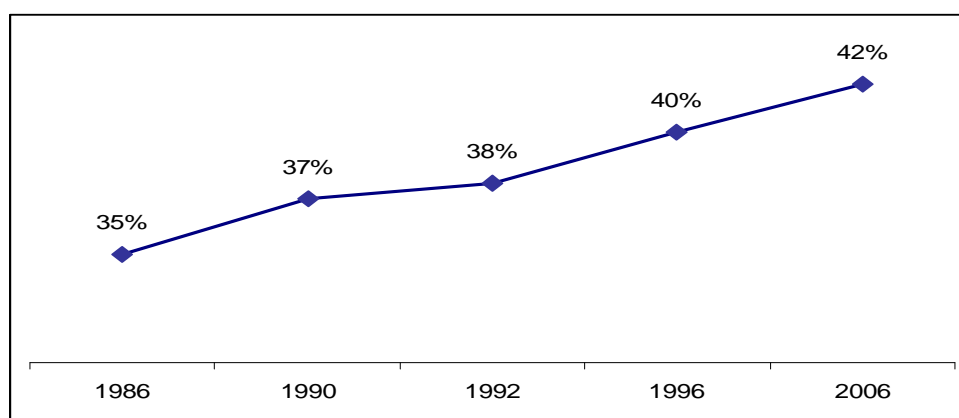


GRÁFICO 6 – Evolução na participação do gênero feminino no número de empregados com carteira assinada (1986-2006)

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

O setor que mais incorpora mulheres em seu quadro de funcionários é o de Serviço (TAB. 5), independente do período estudado. Faz-se importante comentar, no entanto, que apesar do setor de Serviço ser aquele que mais emprega trabalhadores do sexo feminino, é também aquele mais sensível às variações da economia e também da sazonalidade (LAVINAS; AMARAL; BARROS, 2000).

Por outro lado, a Construção Civil é o setor que menos emprega trabalhadores do sexo feminino. Percebe-se que essa tendência independe do período analisado e, portanto, sujeita às influências político-econômicas, sendo, portanto, estrutural.

TABELA 5

Evolução da participação de trabalhadores do sexo feminino nos setores econômicos (1986-2006)

Setor	1986	1996	2006
Indústria	27%	28%	29%
Construção Civil	6%	8%	7%
Comércio	34%	37%	40%
Serviço	42%	47%	49%
Agropecuária	16%	21%	20%

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

As regiões metropolitanas da região sul analisadas, neste projeto, são aquelas onde as mulheres apresentaram maior presença entre os trabalhadores com carteira assinada, sendo Porto Alegre com 45% e Curitiba com 44% (GRAF. 7). No extremo oposto temos Belém e Recife, ambas com 39%.

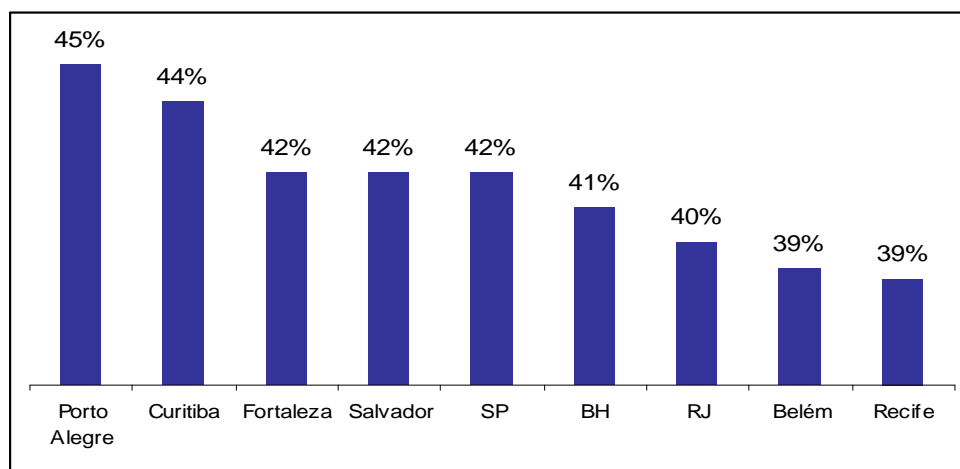


GRÁFICO 7 – Evolução na participação do gênero feminino no número de empregados com carteira assinada (1986-2006)

Fonte: BRASIL (1986/1992/1996/2006) e outros dados da pesquisa.

As prováveis causas do aumento da participação feminina no mercado de trabalho estão relacionadas com a necessidade das mulheres contribuírem ou, até mesmo, serem totalmente responsáveis pelo sustento da família e, ainda, pela realização profissional. Além disso, a expansão de setores como Serviço e Comércio são fundamentais para a incorporação do público feminino no mercado de trabalho, devido, possivelmente, à maior habilidade interpessoal (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE, 2007).

Porém, segundo Hoffman e Leone (2004), a inserção ocupacional da mulher no mercado de trabalho ainda não atingiu a sua plenitude, pois, “o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina” (HOFFMAN; LEONE, 2004, p. 36).

Outro fator desfavorável às mulheres, diz respeito à instabilidade de suas vagas, em função da variação do PIB. Lavinias, Amaral e Barros (2000), em uma pesquisa que analisa a evolução do desemprego feminino por meio dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego nas regiões metropolitanas, comprovam a correlação negativa entre PIB e taxa de desemprego entre as mulheres, a partir da década de 90. Percebe-se que, entre os anos de 1990 e 1992, houve o menor crescimento da participação feminina nos postos de trabalho formais, sendo esse o período de toda a série temporal estudada, com os piores indicadores do PIB.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho vem passando por uma série de transformações nas últimas décadas, decorrente da Revolução Tecnológica. Tais transformações afetam negativamente o mercado de trabalho, tanto de forma qualitativa como quantitativa. As principais mudanças, segundo os autores utilizados neste artigo, referem-se à diminuição do trabalho formal em decorrência do informal, precariedade das relações trabalhistas, queda nos rendimentos mensais, dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho, entre outros.

Pela análise descritiva dos dados da RAIS, observa-se que as regiões metropolitanas analisadas entre os anos de 1986, 1996 e 2006 acompanharam a tendência global no que diz respeito à configuração do mercado de trabalho, principalmente entre os anos 1986 e 1996, período de recessão econômica do país, denominado a Década Perdida. Várias são as constatações que convergem para as análises dos teóricos. Vale ressaltar, no entanto, que também foram observadas variações regionais, indicando que questões locais também são determinantes para as questões relacionadas ao perfil de trabalhadores formais.

Em relação ao setor Industrial, Harvey (2002), Garcia (2004), Pochmann (1999), entre outros, afirmam que o desenvolvimento atual do capitalismo tem reduzido o número de empregos no setor, com o paralelo crescimento do setor de serviços. Esse movimento é observado nos dados das nove regiões metropolitanas, entre os anos de 1986 e 2006, uma vez que houve uma queda acentuada nos empregos do setor Industrial.

Observa-se que, nesse período, houve um crescimento dos setores de Serviços e Comércio. O Serviço é um setor que agrega diferentes tipos de profissionais, qualificados ou não e, nessa primeira análise, não é

possível fazer grandes inferências, a não ser que é apenas um dos setores que historicamente mais empregam trabalhadores do sexo feminino. Já o comércio cresceu embalado, possivelmente, pela estabilidade econômica, aumento do mercado consumidor e acessibilidade ao crédito.

A análise reforça a necessidade de se investigar o perfil da força de trabalho, a fim de subsidiar possíveis políticas públicas para a geração de emprego e renda. Faz-se necessário, ainda, compreender como está configurada a força de trabalho informal nas regiões metropolitanas no período estudado, para se ter um retrato fiel dessa realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. W. Análise dos fatores internos e nacionais da geração de emprego nos estados brasileiros na década de 1970. *Perspectiva Econômica On Line*, v. 1, n. 1, p. 54-67, jan./jun.2005.

ARAÚJO, R. R.; SACHUK, M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, jan./mar. 2007.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. S Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. *Relação Anual de informações Sociais (RAIS)*. Brasília: 1986/1992/1996/2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/PDET/Acesso/RaisOnLine.asp>>. Acesso em: 22 abr. de 2008.

COSTA, M. S. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. *RAE Eletrônica*, São Paulo, v. 2, n. 2, jul/dez 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2008.

DEDECCA, C. *Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação*. Campinas: UNICAMP, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTÁTISTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. Cresce a participação da mulher no mercado de trabalho. *Boletim DIEESE*, n.º 194, maio 1997.

DIAS, F. A questão metropolitana. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n.14, p.149-174, jul/dez. 2005.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, v. 6, n. 1, p.77-103, jul. 1996.

GARCIA, F. C. Globalização, emprego e empregabilidade. *Gestão e Planejamento*, Salvador, n. 10, p. 91-95, jul/dez. 2004.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HELAL, D. H. Contextualizando a empregabilidade no Brasil: o papel do capital social. *Análise (PUCRS)*, v. 18, artigo nº 5, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/346>>. Acesso em: 21 maio 2008.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil. *Nova Economia* (UFMG), Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 35-58, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DEMOGRÁFICO – IBGE. 2000: Notas metodológicas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade/notas.pdf>. Acesso em: 17 set. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Salário mínimo real*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1011810341&-Tick=1213539100187&VAR_FUNCAO=RedirecionaFrameConteudo%28%22iframe_dados_m.htm%22%29&Mod=M>. Acesso em: 15 maio 2008.

LAGE, F. A.; NETO, A. C. C. Reestruturação produtiva na Cidade Industrial de Contagem: serviços modernos versus serviços tradicionais. *Revista de Administração Contemporânea Eletrônica*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 253-272, maio/ago. 2008.

LAVINAS, L.; AMARAL, M. R.; BARROS, F. *Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas*. Brasília: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, nº 756).

LEMONS, M. B. *et al* (coord.). *Belo Horizonte no século XXI: documento de referência, relatório síntese*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MORAES, I. S. *et al*. Terceirização: moldando o futuro das empresas. *Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 1, n. 1, p.1-16, 1999.

NEGRI, J. A. *et al*. Mercado formal de trabalho: comparações entre os Microdados da RAIS e da PNAD. Brasília: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, nº 840).

OFFE, C. *O capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

POCHMANN, M. Desemprego e políticas de emprego. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). *Economia e trabalho*. Campinas: São Paulo, UNICAMP, IE. 1998. p. 219-234.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, M. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto. 2001.

RAMOS, L.; REIS, J. G. A. Grau de formalização, nível e qualidade do emprego no mercado de trabalho metropolitano do Brasil. *Conjuntura e Análise*, Rio de Janeiro, n. 5, 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt005e.html>>. Acesso em: 15 maio 2008.

SOARES, S.; SERVO, L; ARBACHE, J. S. O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2001.

VELLOSO, J. P. R. *Brasil em mudança*. São Paulo: Nobel, 1991.